

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

### Texto CB1A1-I

1 Como em todas as tardes abafadas de Americana,  
no interior de São Paulo, o paranaense Adílson dos Anjos  
circula entre velhas placas de computador, discos rígidos  
4 quebrados, estabilizadores de energia enferrujados,  
monitores com tubos queimados e outras velharias do  
mundo da informática. Ao ar livre, as pilhas, que alcançam  
7 um metro de altura, refletem os raios de sol de forma  
difusa e provocam um incessante piscar de olhos. Por trás  
delas, um corredor estreito, formado por antigos  
10 decodificadores de televisão a cabo, se esconde sob uma  
poeira fina que sobe do chão.

Com uma chave de fenda na mão direita, Adílson  
13 mantém, de joelhos, uma linha de produção repetitiva.  
Desparafusa as partes mais volumosas de uma CPU  
carcomida, crava sua ferramenta em fendas  
16 predeterminadas e, com os dedos da outra mão, faz  
vergar parte do alumínio do aparelho. Com um  
solavanco, arranca do corpo da máquina uma chapa fina  
19 e esverdeada com a cabeça da moimela-mãe. Com zelo,  
deposita-a perto dos pés. O resto faz voar por cima de  
sua cabeça: com um ruído estridente, tudo se espalha  
22 metros atrás.

Há cerca de um ano, Adílson vive com os cerca de  
600 reais que ganha por mês coletando, separando e  
25 revendendo sobras de computadores, que recebem o nome  
de *e-lixo*. Todos os meses, ele transforma 20 toneladas de  
sucata eletrônica em quilos e quilos de alumínio, ferro,  
28 cobre, plástico e até mesmo ouro.

Não há dados no Brasil a respeito do número de  
pessoas que vivem do mercado de sucata eletrônica, nem  
31 do volume de dinheiro que ele movimenta. A falta de  
dados e a consequente ausência de projetos voltados para o  
bom aproveitamento dos detritos eletrônicos atestam que o  
34 *e-lixo* brasileiro ainda se move pela sombra.

Na Europa e nos Estados Unidos, estudos sobre  
o assunto atestam que o montante de lixo digital em  
circulação na Terra cresce 5% ao ano. A sucata  
37 eletrônica, sozinha, já abocanha uma fatia maior do que  
a das fraldas infantis no bolo de resíduos sólidos gerados  
40 pelo ser humano.

Cristina Tardáguila. *Ruínas eletrônicas*. Internet:  
<www.piaui.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do primeiro período do texto que Adílson dos Anjos habitualmente frequenta o depósito de sucata eletrônica descrito no texto.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** No primeiro período do texto, o emprego tanto da expressão “Como em todas as tardes abafadas de Americana” (l.1) quanto dos verbos no presente do indicativo mostra que Adílson dos Anjos frequenta o depósito de lixo eletrônico com assiduidade.
- 2 Depreende-se do trecho “Ao ar (...) de olhos” (l. 6 a 8) que os equipamentos eletrônicos depositados no local, ao

projetarem a luz solar em diversas direções, causam incômodo à visão de quem visita o local.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Infer-se da afirmação de que as pilhas (de sucata) “refletem os raios de sol de forma difusa e provocam um incessante piscar de olhos” (l. 7 e 8) que os equipamentos eletrônicos depositados no local projetam a luz solar em diversas direções, o que causa incômodo à visão de quem visita o local.

- 3 Infer-se do texto que, diferentemente das fraldas descartáveis, a sucata eletrônica é passível de reciclagem e, por isso, já ultrapassou aquelas em volume em circulação.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O texto informa tão somente que o ser humano, atualmente, descarta mais lixo eletrônico que fraldas infantis, de modo que aquele (eletrônico) corresponde a um volume maior do lixo (resíduos sólidos) produzido pelo ser humano.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens seguintes.

- 4 Sem prejuízo para os sentidos e para a correção gramatical do texto, a forma verbal “alcançam” (l.6) poderia ser substituída por **chegam** à.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Embora semanticamente a substituição pudesse ser adequada, como ela haveria erro no emprego do sinal indicativo de crase, já que seria incorreto o emprego de artigo definido feminino antes da expressão “um metro de altura” (l.7).
- 5 A supressão da vírgula empregada logo após o vocábulo “estreito” (l.9) alteraria os sentidos originais do texto, mas manteria sua correção gramatical.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O trecho ficaria gramaticalmente incorreto com a supressão da vírgula presente após “estreito” (l.9), porque isso implicaria a interposição de uma vírgula (empregada após “cabo” (l.10)) entre sujeito e predicado.
- 6 O trecho “Desparafusa (...) sua cabeça” (l. 14 a 21) detalha a “linha de produção repetitiva” (l.13) mantida por Adílson no trabalho com o *e-lixo*.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A sequência de ações designadas pelas formas verbais “Desparafusa” (l.14), “crava” (l.15), “faz vergar” (l.16), “arranca” (l.17), “deposita” (l.19) e “faz voar” (l.20) é, precisamente, o detalhamento da “linha de produção” (l.13) mencionada.
- 7 Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o trecho “O resto faz voar por cima da sua cabeça” (l. 20 e 21) poderia ser reescrito da seguinte maneira: As outras partes arremessa por cima da própria cabeça.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O sujeito da forma verbal “faz voar” (l.20) está oculto e refere-se a Adílson, o a gente que “faz voar” (l.20) o resto das partes da CPU que ele desmonta. O objeto dessa forma verbal é “O resto” (l.20), que apresenta o mesmo sentido de **As outras partes** no período. Do mesmo modo, **arremessar** é um sinônimo de **dequado para fazer voar**. Ainda, na proposta de reescrita, foram mantidos o modo e o tempo verbais. Por fim, “sua cabeça” (l.20) e **própria cabeça** remetem igualmente à cabeça de Adílson. Logo, a proposta de reescrita apresentada no item mantém os sentidos originais do texto e a sua correção gramatical.
- 8 O elemento “que”, em “que recebem o nome de *e-lixo*” (l. 25 e 26), retoma o termo “sobras de computadores” (l.25).  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O pronome relativo “que” (l.24) retoma

a expressão “sobras de computadores” (ℓ.24), que aparece na oração imediatamente anterior. Esse recurso permite a interpretação de que as sobras de computadores são denominadas de *e-lixo*.

- 9 Infere-se do emprego do termo “consequente” (ℓ.32) que a existência de projetos de aproveitamento da sucata eletrônica no Brasil depende de informações quantitativas a respeito desse material.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O trecho “A falta de dados (...) pela sombra” (ℓ. 30 a 33) informa que a ausência de projetos de aproveitamento de *e-lixo* deve-se, precisamente, à ausência de informações a respeito da quantidade de pessoas e de dinheiro envolvidos nesse mercado. Portanto, o termo “consequente” (ℓ.31) introduz informação a respeito de uma implicação da falta de dados sobre o mercado do *e-lixo*. Por extensão de sentido, entende-se que a existência desses dados viabilizaria os projetos a que se refere o período.

## Texto CB1A1-II

- 1 Se aceitamos que, de segunda a sexta-feira, os dias são úteis, devemos necessariamente aceitar que sábado e domingo são dias inúteis. É inútil, portanto: ir ao cinema e  
4 ao teatro, fazer piquenique no parque com os filhos, almoçar com a família, tomar cerveja com os amigos, ler um livro, passar a madrugada acordado vendo séries.

- 7 De fato, todas as atividades supracitadas são inúteis se medidas pela régua da produtividade. Claro que se podem defender filmes, séries, peças e livros afirmando-se  
10 que o enriquecimento cultural faz de você um melhor profissional.

- Também é possível defender o piquenique com os  
13 filhos ou a cerveja com os amigos afirmando-se que pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho. Mas a lógica que  
16 avalia as experiências culturais e as relações afetivas por seus incrementos à carreira, que justifica a própria felicidade por sua contrapartida laboral, é a lógica dos que  
19 batizaram os “dias úteis”. Prefiro tentar encontrar o que há de útil no supostamente inútil a enxergar o que há de inútil no útil.

- 22 Embora o senhor ou a senhora certamente discordem, são absolutamente inúteis. Não se ofendam, eu também sou. Daqui a cinquenta, cem, mil, dez mil anos,  
25 ninguém vai se lembrar de nós. Talvez, inclusive, porque, daqui a cinquenta, cem, mil, dez mil anos, já não haja mais ninguém aqui para se lembrar de coisa alguma, pois a  
28 humanidade pode já ter se extinguido. A humanidade, aliás, também é inútil.

- Às vezes eu penso no cara que inventou o  
31 aramezinho de fechar pacote de pão. Imagino-o esbaforido pelos corredores de uma de suas fábricas, dizendo para a secretária ligar para a sua esposa e avisar que não volta  
34 para jantar, tem uma reunião crucial para seu império de aramezinho de fechar pão. Um gênio ele devia se achar. E  
37 cada um de nós tem seu aramezinho de fechar pão e se dedica de segunda a sexta a essa missão tão crucial e inútil para o futuro dos cosmos.

Antonio Prata. *O aramezinho de fechar pão*. Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-II, julgue os próximos itens.

- 10 Ao afirmar que se não são úteis as atividades apresentadas no trecho “ir ao cinema (...) vendo séries” (ℓ. 3 a 6), o autor do texto sugere que elas não devem ser realizadas de segunda a sexta-feira.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Diante do fato de que as atividades mencionadas são tipicamente realizadas nos fins de semana, o autor conclui, ironicamente, que elas deveriam ser consideradas inúteis. Em nenhum trecho cabe a inferência de que o autor sugere que elas não devam ser realizadas durante os chamados dias úteis.

- 11 O texto apresenta o trecho “pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho” (ℓ. 14 e 15) como possível argumento para a defesa da utilidade do piquenique com os filhos e da cerveja com os amigos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O autor defende o piquenique com os filhos ou a cerveja com os amigos por meio do argumento de que pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho.

- 12 O autor afirma explicitamente no texto ser contrário à lógica segundo a qual experiências culturais e relações afetivas somente são úteis quando resultam em contrapartida laboral.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O autor se coloca em posição antagônica àqueles que defendem o valor das atividades de lazer por suas supostas vantagens e benefícios à vida profissional. O que ele defende é, justamente, a existência de valores diferentes em cada um desses aspectos da vida social. Isso está explícito na afirmação “Prefiro tentar encontrar o que há de útil no supostamente inútil a enxergar o que há de inútil no útil” (ℓ. 19 a 21), bem como na série de ideias desenvolvidas no terceiro parágrafo do texto.

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 13 O segmento “Se aceitamos que, de segunda a sexta-feira, os dias são úteis” (ℓ. 1 e 2) expressa uma hipótese real, ou seja, expressa um fato existente.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O período formado por um a condicional e uma principal denomina-se período hipotético. Há três tipos de hipótese, e entre as quais, a hipótese real, que ocorre quando a condição é um fato existente (caso do texto, já que, de fato, chamam-se úteis os dias de segunda a sexta-feira) e expresso com verbo no indicativo.

- 14 O nível de formalidade do texto seria alterado caso a expressão “faz de você” (ℓ.10) fosse substituída por **lhe tornam**, mas os sentidos originais e a correção gramatical do texto seriam mantidos.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Na acepção de ‘passar de um estado a outro’, que é o sentido expresso por “faz de você” (ℓ.10) no texto, **tornar** exigiria complemento direto (“o”), e não indireto (“lhe”): “a tinta tornou azul a água”; “o estudo tornou os meninos mais sábios”. Além disso, ocorreria um erro de concordância verbal com o emprego de **tornam**, já que o sujeito de “faz” (ℓ.10) é um termo singular (“o enriquecimento cultural” (ℓ.10)), sendo, portanto, imotivada a flexão verbal na proposta de reescrita.

- 15 O autor empregou a expressão “absolutamente inúteis” (ℓ.23) em referência ao conceito de dias úteis, visando criticá-lo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O autor qualifica “o senhor ou a senhora” (ℓ.22), referentes do sujeito oculto da oração principal do período (“[você] são absolutamente inúteis” (ℓ.23)). A ideia pode ser comprovada por meio da compreensão do período seguinte, em que o autor se iguala à condição do senhor e da senhora: “Não se ofendam, eu também sou [inútil]” (ℓ. 23 e 24).

- 16 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a expressão “cada um de nós” (ℓ.36) fosse substituída por **todos nós**.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Para que o período se mantivesse gramaticalmente correto, a substituição de “cada um de nós” (ℓ.36) por **todos nós** deveria ser acompanhada de alteração da forma

verbal “tem” (l.36), da forma pronominal “seu” (l.36) e da forma verbal “se dedica” (l. 36 e 37), que deveriam ser referentes à primeira pessoa do plural (**temos, nosso e nos dedicamos**, respectivamente).

- 17 Com a afirmação de que “cada um de nós tem seu aramezinho de fechar pão” (l.36), o texto sugere que tanto o autor quanto os leitores têm atividades profissionais que, quando avaliadas objetivamente e com cuidado, mostram-se totalmente desnecessárias ao mundo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O que o texto propõe é, precisamente, que as atividades humanas têm aspectos úteis e aspectos inúteis, e que é preciso observá-los com mais lucidez e leveza.

### Texto CB1A1-III

- 1 Não faz muito tempo, fui assistir à ópera **As Bodas de Fígaro**, de Mozart. Aproximando-se o final do espetáculo, o personagem mais importante, Fígaro, faz um comentário cruel a respeito das mulheres. Na montagem que vi, o diretor de cena teve a ideia de acender as luzes da plateia durante o canto de Fígaro, que saiu do palco e dirigiu-se aos homens presentes.

- Logo atrás de mim, uma senhora furiosa levantou-se. Fez o sinal de “não” nas fuças do pobre cantor e retirou-se protestando em voz alta. Pensei que ela poderia ter prestado mais atenção. O tema nuclear de **As Bodas de Fígaro** é atual: trata-se de desmascarar, denunciar e punir um poderoso aristocrata que é violento predador sexual.

- Aquela senhora furiosa revoltou-se antes do tempo e não viu a condenação do conde brutal. Tal suscetibilidade, decorrente da situação inferior em que, do modo mais injusto, as mulheres são mantidas em nossas sociedades, é compreensível. Mas indignou-se cedo demais.

- Indignação: eis o problema. Nunca tive simpatia por essa palavra. Pressupõe cólera e desprezo. Quando estamos sozinhos, a indignação nos embriaga como se fosse uma droga. Arrebata a alma, enfurece as vísceras, dilata os pulmões e nos faz acreditar na veemência do nosso ódio. Viramos heróis justiceiros diante de nós mesmos.

- A solidão indignada faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo. Serve para dar boa consciência. É um prazer solitário. Exaltados, arquitetamos vinganças e reparações. Depois, o balão murcha, sobrando apenas nossa miserável impotência.

- Ao se manifestar na presença de outra pessoa, ou de duas, ou em um pequeno grupo, a indignação leva ao descontrole. Nervosos, falamos alto e dizemos coisas que, na calma, jamais pronunciaríamos. Porque não somos mais nós que falamos, mas algo que está em nós e que ocupou nosso corpo esvaziado de qualquer poder reflexivo: a indignação.

Jorge Coli. A indignação enfurece as vísceras e nos embriaga como se fosse droga. Internet: <www.folha.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-III, julgue os itens seguintes.

- 18 Na linha 16, o autor emprega o termo “suscetibilidade” para questionar a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres como motivo que justificasse a reação da senhora na ópera.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Ao contrário do que afirma o item, o autor reconhece que a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres impeliu a senhora a reagir daquela forma. Ele considera a reação precipitada não pelo motivo, mas pelo tempo: a senhora não esperou o fim da peça para compreender que se tratava exatamente de uma crítica ao machismo.

- 19 Ao propor, na linha 23, que a indignação “Arrebata a alma” e “enfurece as vísceras”, o autor do texto afirma que esse sentimento provoca as mesmas alterações fisiológicas que certas drogas.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No trecho, o autor enumera os efeitos, sobretudo psíquicos, da indignação, que, metaforicamente, remetem aos efeitos da embriaguez pelo consumo de uma droga. O candidato deve perceber que a analogia proposta pelo autor do texto não diz respeito às propriedades das drogas ou da indignação em si próprias, mas sim aos efeitos sentidos psíquica e somaticamente por aqueles que as experimentam.

- 20 De acordo com o texto, quando estamos indignados e sozinhos, elaboramos mentalmente grandes argumentações contra aquilo que definimos como alvo da nossa revolta.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O item traduz de forma clara e objetiva o que está posto metaforicamente no trecho “Quando estamos sozinhos, a indignação nos embriaga como se fosse uma droga. (...) A solidão indignada faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo. Serve para dar boa consciência. É um prazer solitário. Exaltados, arquitetamos vinganças e reparações. Depois, o balão murcha, sobrando apenas nossa miserável impotência” (l. 21 a 30).

- 21 Infere-se do texto que a indignação manifestada solitariamente é menos nociva que a manifestada publicamente.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quanto à manifestação da indignação, solitária ou coletivamente, o autor não estabelece uma relação de comparação no que concerne aos malefícios de cada uma dessas formas. Portanto, a inferência de que uma forma de manifestação da indignação é mais nociva que a outra extrapola as ideias do texto.

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-III, julgue os itens subsecutivos.

- 22 Em “dirigiu-se” (l.7), a colocação do pronome “se” antes da forma verbal — **se dirigiu** — prejudicaria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A próclise do pronome no referido contexto seria adequada, haja vista a presença da conjunção aditiva “e”, que constitui fator de atração de pronomes oblíquos átonos.

- 23 O deslocamento do termo “furiosa” (l.8) para imediatamente após a forma verbal “levantou-se” (l.9) manteria a coerência do texto.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Há ambiguidade no texto (a palavra “furiosa” pode ser classificada como predicativo ou adjunto adnominal) e o deslocamento manteria a coerência, uma vez que deixaria clara a interpretação como predicativo.

- 24 No período em que aparece, o termo “nuclear” (l.11) tem o mesmo sentido de **central**.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A palavra “nuclear” (l.11) assume, no período, o mesmo sentido de **central, fundamental, essencial**.

- 25 A oração “não viu a condenação do conde brutal” (l.15) exprime o motivo, a causa por que a senhora furiosa revoltou-se antes do tempo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A oração em apreço exprime fato consecutivo ao fato de a senhora ter-se revoltado, por isso não há como atribuir a essa oração uma noção de causa/motivo.

Com relação a aspectos geográficos e políticos do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir.

- 26 O DF é uma unidade federativa cuja organização territorial e política apresenta diferenças com relação às demais unidades federativas que compõem o território brasileiro: o DF não é município nem estado, mas é regido por lei orgânica, tal como os municípios brasileiros; a nível do DF, possui governador, mas não vereadores.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O DF é uma unidade incomum da Federação, porque, em vez de municípios, divide-se em regiões administrativas. O DF não é município nem estado. Como entidade



federativa única no país, é regido por lei orgânica, típica de municípios. Além disso, o DF tem apenas governador, e não vereadores.

- 27 As regiões administrativas, popularmente conhecidas como cidades satélites, possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos municípios brasileiros.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. As RAs não têm autonomia político-administrativa: são comandadas por administradores submetidos ao GDF.

Brasília foi projetada para abrigar de 500 mil a 700 mil habitantes. Segundo o projeto, somente se esse limite fosse ultrapassado, seriam criadas cidades satélites. Mas a população prevista rapidamente foi ultrapassada, atingindo, em 2010 (último Censo do IBGE) 2.690.959 habitantes. Entretanto, as cidades satélites, previstas para de pois do adensamento, surgiram a inda na construção de Brasília, pois, desde o início, ocorreu um forte aumento de população, devido à busca de trabalho nas obras da construção e à permanência de operários que trabalhavam nas obras, que passaram a morar em assentamentos provisórios. Os assentamentos populacionais eram originados das cidades satélites, que, mais tarde, foram denominadas regiões administrativas (RAs).

- 28 Os administradores das regiões administrativas são indicados pelo governador do DF.

JUSTIFICATIVA - CERTO. As RAs integram o governo do DF, sendo seus representantes escolhidos pelo governador. Possuem estruturas funcionais próprias às suas atividades e competências, para que atendam à demanda dos seus habitantes. Das 31 regiões administrativas, apenas 19 RAs, criadas até 1994, estão com as poligonais demarcadas e aprovadas pela Câmara Legislativa do DF. Em comparação aos estados federativos, a autonomia das RAs é superior à dos bairros, mas é menor que a das cidades que orbitam a volta das capitais estaduais.

Com relação à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

- 29 A organização territorial tanto de Brasília quanto da RIDE-DF reflete desigualdades socioespaciais características da urbanização brasileira. As diferenças ocupacionais e de renda entre as diversas regiões administrativas do DF e os municípios goianos e mineiros intensificam uma expansão urbana dispersa e desigual.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Embora mudanças na forma da metrópole contemporânea globalizada, incluindo-se o crescimento disperso, tenham sido atribuídas, em larga medida, à flexibilização de processos industriais, em Brasília, a idade governamental e terciária, esse não poderia ser o caso. Em um contexto de elevada valorização da terra e dos imóveis na área central e de grande disparidade na distribuição de renda, estabeleceu-se, a partir da construção da cidade, uma organização espacial polinucleada. Na fase atual, em que diferenças ocupacionais e de renda acentuam as desigualdades e a segregação socioespacial, intensifica-se a expansão urbana dispersa.

- 30 Brasília é o centro polarizador da RIDE-DF e é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como metrópole nacional.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Brasília, centro polarizador da RIDE-DF, é classificada como metrópole nacional pelo estudo das regiões de influência das cidades (RE GIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008).

- 31 A RIDE-DF é formada pela capital administrativa e política do país, Brasília, caracterizada predominantemente por atividades terciárias e quaternárias, e por parte de um corredor dinâmico de base agropecuária, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Englobando uma vasta área, a RIDE-DF inclui a capital administrativa e política do país, Brasília, que se caracteriza de forma predominante por atividades terciárias. Abrange, também, parte de um corredor dinâmico de base agrícola e industrial, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, e, ainda, áreas de

produção primária e agroindustrial com distintos níveis e formas de integração às funcionalidades metropolitanas.

- 32 A RIDE-DF é considerada uma região metropolitana que integra a apenas os núcleos urbanos do DF e os municípios limítrofes do estado de Goiás.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Com uma institucionalização formal, sem contrapartidas financeiras, políticas e técnicas suficientes dos órgãos que nela atuam para promover o desenvolvimento regional preconizado, a RIDE-DF tem sido frequentemente tomada como um espaço metropolitano. Na realidade, seria mais apropriado considerar que há uma metrópole dentro dessa região, que, por sua vez, abarca um espaço maior e apresenta outras dinâmicas. A RIDE-DF integra três unidades da Federação — Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal — e seu recorte territorial e institucional foi recentemente ampliado e transformado em região metropolitana do Distrito Federal.

A tabela seguinte mostra dados de 2015 a respeito da realidade étnica e social do DF.

grupos de renda	população total (habitantes)	população negra (habitantes)		população não negra (habitantes)	
	absoluto	absoluto	%	absoluto	%
alta	375.002	123.024	32,81	251.978	67,19
média alta	917.646	484.560	52,80	433.086	47,20
média baixa	1.299.361	852.718	65,63	446.643	34,37
baixa	314.289	223.305	71,05	90.984	28,95
total	2.906.298	1.683.606	57,93	1.222.692	42,07

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílios – PDAD-DF, 2015 (com adaptações).

Considerando essa tabela, julgue os itens seguintes.

- 33 Os dados referidos na tabela indicam que a população negra no DF concentra-se principalmente nos estratos de renda média baixa.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Entre todos os grupos de renda, o de maior concentração populacional é o de renda média baixa, sendo 65,63% desse grupo composto de população negra.

- 34 Conforme os dados apresentados, a população não negra do DF é menor que a população negra e os padrões de distribuição das faixas de renda entre essas populações são considerados equivalentes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os dados da CODEPLAN indicam que a população não negra é, em termos populacionais, menor que a população que se destaca de clara negreza, porém a distribuição desta população nas faixas de renda apresenta desigualdades: embora em maior número, a população negra tem padrão de renda bem inferior ao da população não negra.

- 35 A participação expressiva da população negra no DF é resultado dos fluxos migratórios internos no território brasileiro e reflexo da composição étnica da população brasileira como um todo, uma vez que o Brasil possui um dos maiores contingentes de negros fora da África.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O Brasil é o país com maior população negra fora do continente africano, resultado do intenso tráfico de africanos para o trabalho escravo durante o período colonial e imperial do país. Além desse fato, as migrações de população negra brasileira de outras regiões e estados para o Distrito Federal culminaram nesse contingente populacional negro expressivo.

Com referência ao disposto na Lei Orgânica do DF e em suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 36 A adoção de políticas públicas de educação preventiva do suicídio constitui um dos objetivos prioritários do DF.

JUSTIFICATIVA - CERTO.  
LODF

Art. 3.º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

XIII - valorizar a vida e a dotar políticas públicas de saúde, de

assistência e de educação preventivas do suicídio. *(Inciso acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 103, de 2017)*

- 37 Na execução do seu programa de desenvolvimento econômico-social, o DF deverá buscar a integração com a região do entorno de seu espaço físico-geográfico.

JUSTIFICATIVA - CERTO.

LODF

Art. 9.º O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento e econômico-social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

- 38 No DF, a criação de uma região administrativa se dá mediante decreto do governador, e quanto a extinção de região administrativa deverá ser estabelecida por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

JUSTIFICATIVA - ERRADO.

LODF

Art. 13 A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

De acordo com o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo — Decreto n.º 37.297/2016 —, julgue os itens que se seguem.

- 39 O recebimento, por servidor do DF, de ingresso para participar de congresso ou de show em razão de contrapartida de convênio não é considerado vantagem de natureza indevida.

JUSTIFICATIVA - CERTO. É legal o recebimento de ingresso para show ou atividade, se for por contrapartida de contrato administrativo ou convênio.

Decreto n.º 37.297/2016

Art. 10 O servidor ou empregado público não deve, direta ou indiretamente, solicitar, insinuar, aceitar ou receber bens, benefícios ou quaisquer vantagens materiais ou imateriais, para si ou para outrem, em razão do exercício de suas atribuições, cargo, função ou emprego público.

(...)

§ 2.º Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida:

(...)

IV - ingressos para participação e manifestações, shows, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que a justados e m contrapartida de contrato administrativo ou convênio.

- 40 A sanção prevista para servidor que infringir norma ética do referido código é a demissão do serviço público.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A sanção ética é a de censura ética, e não a demissão.

Decreto n.º 37.297/2016

Art. 12 A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código e a desobediência do servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.

Com base nas disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do DF, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais — Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações —, julgue os itens a seguir.

- 41 Ao servidor público matriculado em curso de educação superior poderá ser concedido horário especial de trabalho, caso sua grade horária no curso seja incompatível com o horário da unidade onde ele trabalha, desde que não haja prejuízo ao exercício das funções do cargo e que o servidor cumpra integralmente o regime semanal de trabalho.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O servidor pode ter horário especial para cursar a educação superior, sem prejuízo do cargo, mas deverá cumprir integralmente o regime semanal de trabalho.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 61 Pode ser concedido horário especial ao servidor:

(...)

III - matriculado em curso de educação básica e de educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário

escolar e o da unidade administrativa, sem prejuízo do exercício do cargo;

(...)

§ 2.º Nos casos dos incisos III e IV, é exigida do servidor a compensação de horário na unidade administrativa, de modo a cumprir integralmente o regime semanal de trabalho.

- 42 Embora a Presidência da República Federativa do Brasil tenha a prerrogativa de requisitar que determinado servidor estável do DF seja colocado à disposição de algum de seus órgãos, o afastamento do servidor do cargo efetivo somente poderá ocorrer se estipulados a finalidade e o prazo para tal.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quando há requisição da Presidência da República, não se aplica o § 2.º do art. 157 da LC 840/2011.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 157 O servidor estável, sem prejuízo da remuneração ou subsídio e dos demais direitos relativos ao cargo efetivo, pode ser colocado à disposição de outro órgão ou entidade para o exercício de atribuições específicas, nos seguintes casos:

I - interesse do serviço;

II - deficiência pessoal e m órgão, autarquia ou fundação sem quadro próprio de servidores de carreira;

III - requisição da Presidência da República;

(...)

§ 2.º No caso dos incisos I e II do caput, o afastamento do cargo efetivo restringe-se ao âmbito do mesmo Poder e só pode ser para fim determinado e a prazo certo.

- 43 Servidor público que cometer infração disciplinar ficará sujeito a responder penal, civil e administrativamente pela infração e, no caso de ele ser absolvido na esfera penal por falta de prova, a sua responsabilidade administrativa será afastada.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A responsabilidade administrativa somente é afastada em caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 181 O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1.º As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.

- 44 A redistribuição consiste no deslocamento da lotação de servidor, no mesmo órgão e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item apresenta o conceito de remoção, que é o deslocamento da lotação do servidor, no mesmo órgão e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 41 Remoção é o deslocamento da lotação do servidor, no mesmo órgão, autarquia ou fundação e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

(...)

Art. 43 Redistribuição é o deslocamento do cargo, ocupado ou vago, para outro órgão, autarquia ou fundação do mesmo Poder.

- 45 Servidor público estável que esteja em gozo de licença para tratar de interesses particulares poderá exercer outro cargo ou outro emprego público, desde que este seja cumulável com seu cargo ou emprego de origem.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No período da licença para tratar de interesses particulares, o servidor somente não pode exercer cargo ou emprego público incompatível com o de origem.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 144 A critério da administração pública, pode ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração (...)

§ 2.º O servidor não pode exercer cargo ou emprego público incompatível durante a licença de que trata este artigo.

- 46 Servidor público que cometer infração disciplinar a o proceder com conduta profissional classificada como erro de procedimento será submetido a sanção disciplinar e a conduta for caracterizada cumulativamente pelo prejuízo moral, seja este relevante ou irrelevante.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional configure erro de procedimento e seja caracterizada cumulativamente pelo prejuízo moral irrelevante. Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 210 Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, por:

(...)

IV - prejuízo moral irrelevante;

- 47 Servidor público que tiver sido exonerado de seu cargo permanecerá responsável administrativamente pelos atos praticados no exercício de seu cargo, observado o prazo prescricional.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Após a exoneração, o servidor ainda é responsável administrativamente pelos atos praticados no exercício do cargo.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 186 A responsabilidade administrativa, apurada na forma desta Lei Complementar, resulta de infração disciplinar cometida por servidor no exercício de suas atribuições, em razão de suas omissões incompatíveis.

§ 1.º A responsabilidade administrativa do servidor, observado o prazo prescricional, permanece em relação aos atos praticados no exercício do cargo:

I - após a exoneração;

- 48 Em se tratando de servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar e em razão do cometimento de infração disciplinar, eventual pedido de exoneração do cargo ou de aposentadoria voluntária apresentado antes da conclusão do prazo para a defesa escrita deverá ser indeferido.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A autoridade instauradora de processo disciplinar pode autorizar exoneração a pedido ou aposentadoria voluntária.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 221 Salvo quando autorizado pela autoridade instauradora, é vedado deferir ao servidor acusado, desde a instauração do processo disciplinar até a conclusão do prazo para defesa escrita:

(...)

III - exoneração a pedido;

IV - aposentadoria voluntária.

- 49 Em caso de servidor público que tenha se acidentado em serviço e necessite de tratamento especializado disponível exclusivamente em instituição privada, o governo do DF poderá ser responsabilizado pelo custeio desse tratamento.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O servidor acidentado pode receber tratamento especializado em instituição privada, às expensas do Distrito Federal.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 276 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado pode ser tratado em instituição privada, às expensas do Distrito Federal.

Parágrafo único. O tratamento referido neste artigo constitui medida de exceção e somente é admissível quando não existirem meios e recursos adequados em instituição pública.

- 50 Servidor público concursado que sofrer acidente que lhe reduza a capacidade de trabalho, sendo essa condição comprovada em inspeção médica, deverá ser readaptado para exercer atividades compatíveis com a sua limitação, conforme habilitação do concurso público que houver prestado, sem diminuição de sua remuneração.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A redução da capacidade laboral, se comprovada em inspeção médica, implica a readaptação do servidor em atividades compatíveis com a limitação sofrida.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 277 Ao servidor efetivo que sofrer redução da capacidade laboral, comprovada em inspeção médica, deverão ser proporcionadas atividades compatíveis com a limitação sofrida, respeitada a habilitação exigida no concurso público.

Parágrafo único. O servidor readaptado não sofre prejuízo em sua remuneração ou subsídio.

### Espaço livre

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações acerca de demonstrações contábeis, julgue os próximos itens.

- 51** A classificação de ativos e passivos como circulantes ou não circulantes deve obedecer ao ciclo operacional da empresa.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Caso o ciclo operacional seja superior a um ano, a empresa poderá fazer a classificação nesse sentido, contudo, se o ciclo operacional for menor que um ano, não será possível fazer a classificação dessa maneira, devendo, nesse caso, ficar restrita a um ano.  
 Fundamento: Lei n.º 6.404/1976  
 Art. 175. O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto.  
 (...)   
 Art. 179. (...)   
 Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.  
 Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.
- 52** As sociedades anônimas de capital fechado devem apresentar a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, e as sociedades anônimas de capital aberto, pelo método direto.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A lei faculta a adoção de um dos métodos de apresentação, mas não impõe quaisquer obrigações nesse sentido por tipo empresarial. Isso é estabelecido em relação à demonstração do valor adicionado, mas não para a demonstração dos fluxos de caixa.
- 53** No balanço patrimonial de uma companhia aberta, os saldos credores e devedores devem ser apresentados em contas separadas, mesmo aquelas que a legislação autoriza a companhia a compensar.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Conforme o § 3.º do art. 178 da Lei n.º 6.404/1976, “Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.”. Dessa forma, quando a companhia não tem direito de compensar saldos, ela tem que classificá-los separadamente; quando tiver o direito de compensar, ela poderá apresentar separadamente. É uma faculdade, não uma obrigação a separação das contas quando existe possibilidade de compensação de saldos.
- 54** Com as alterações implementadas na Lei n.º 6.404/1976 pela Lei n.º 11.941/2009, o patrimônio líquido deixou de ser considerado como um grupo do passivo.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O art. 178 da Lei n.º 6.404/1976, com a alteração realizada por meio da Lei n.º 11.941/2009, passou a dividir o passivo em três grupos: circulante, não circulante e patrimônio líquido. Portanto, o patrimônio líquido é considerado como um grupo do passivo na legislação societária. Fundamento: art. 178, parágrafo segundo, da Lei n.º 6.404/1976 (redação dada pela Lei n.º 11.941/2009).
- 55** A demonstração do resultado abrangente é obrigatória para as companhias abertas, conforme norma expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A demonstração do resultado abrangente foi introduzida no Brasil pelo pronunciamento técnico CPC 26 e, pelo fato de a Comissão de Valores Mobiliários ter adotado esse pronunciamento, tal demonstração se tornou obrigatória para as companhias abertas.  
 Fundamento: Lei n.º 6.404/1976, art. 177, § 3.º: “As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão

obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.” (redação incluída pela Lei n.º 11.941/2009).

Uma empresa iniciou suas atividades sem estoques e adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda, por R\$ 30.000, tendo pago adiantado R\$ 300 de frete. Quando do pagamento das mercadorias ao fornecedor, por pagar no prazo estipulado, a empresa obteve 2% de desconto financeiro sobre o preço de aquisição.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens, desconsiderando quaisquer efeitos tributários.

- 56** O desconto obtido em razão do pagamento no prazo estipulado não influencia o valor do estoque das mercadorias para revenda.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O desconto financeiro é um desconto condicional, portanto não faz parte do custo da mercadoria. É considerado como receita financeira, e não como uma diminuição do valor da mercadoria. A decisão a ser tomada para se obter o desconto é de pagamento, e não de transação de compra.
- 57** Caso não haja venda, aquisição ou baixa de mercadorias no período, o valor registrado dos estoques, após o pagamento da fatura ao fornecedor, será de R\$ 30.300.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O frete, desde que pago pelo adquirente da mercadoria para revenda, entra no cálculo de seu custo e o integra. Não é considerado como despesa, mas como custo, assim, o valor do frete é somado ao valor da mercadoria. O valor do desconto não entra no cálculo do estoque, porque é condicional.  
 Nas condições mencionadas, o valor registrado dos estoques será, então, de R\$ 30.000 mais R\$ 300 (valor da mercadoria e do frete somados), o que totaliza R\$ 30.300.
- 58** Se, em razão de negociação, o desconto de 2% fosse dado no momento da aquisição das mercadorias em vez de devido ao pagamento no prazo estipulado, mantidas as demais condições, o valor das mercadorias adquiridas a ser registrado seria de R\$ 29.700.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O frete, desde que pago pelo adquirente da mercadoria para revenda, entra no cálculo de seu custo e o integra.  
 O desconto, por ser incondicional ou da transação, também integra o cálculo. É como se o preço da mercadoria fosse o líquido entre preço de venda e o desconto (30.000 – 600 = 29.400).  
 Dessa forma, o valor a ser registrado seria de R\$ 30.000 – R\$ 600 + R\$ 300 = R\$ 29.700, ou seja, o preço da mercadoria diminuído do desconto obtido (2% de 30.000) somado ao preço do frete.
- 59** Se, em vez de ter sido adiantado, o frete fosse pago somente após 30 dias da entrega das mercadorias pelo fornecedor, mantidas as demais condições, o valor das mercadorias adquiridas a ser registrado seria de R\$ 30.300.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O frete, desde que pago pelo adquirente da mercadoria para revenda, entra no cálculo de seu custo e o integra, independentemente da data de seu pagamento.  
 O desconto, por ser condicional, não integra o cálculo.  
 Dessa forma, o valor a ser registrado seria de R\$ 30.000 + R\$ 300 = R\$ 30.300, ou seja, preço da mercadoria somado ao preço do frete.

Com relação a notas explicativas às demonstrações financeiras, julgue os itens subsecutivos, à luz dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações.

- 60** Companhias abertas de capital fechado cujo patrimônio líquido seja inferior a R\$ 2.000.000 são dispensadas da elaboração de notas explicativas.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** As notas explicativas são obrigatórias para quaisquer tipos empresariais, independentemente



do tamanho do patrimônio líquido.

O tamanho do patrimônio líquido influencia a divulgação da DVA, mas não a divulgação de notas explicativas.

As notas fazem parte das demonstrações financeiras.

Fundamento: Lei n.º 6.404/1976:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

(...)

§ 4.º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

- 61 As notas explicativas às demonstrações contábeis devem tratar das informações relevantes que ocorrerem durante o exercício social e que possam afetar o processo de decisão dos usuários externos da informação.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** As demonstrações financeiras são direcionadas aos usuários externos (notadamente fornecedores de capital e investidores), sendo necessária a elaboração de notas explicativas quando houver fatos que possam afetar a decisão desses usuários.

Fundamento: pronunciamento técnico CPC 26 e orientação CPC 07.

- 62 No que se refere à nota explicativa de depreciação, é exigida a divulgação, para cada classe de ativo, dos métodos de depreciação utilizados, das taxas de depreciação ou do tempo de vida útil, dos valores brutos e da depreciação acumulada dos ativos que sejam objeto de depreciação.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O pronunciamento técnico CPC 27 exige que seja divulgada a taxa de depreciação ou a vida útil dos ativos objeto de depreciação, não os dois em conjunto.

A Lei n.º 6.404/1976 de termina a divulgação dos critérios de cálculo de depreciação.

Fundamento:

Pronunciamento técnico CPC 27

Item 7.3. As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:

- (a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- (b) os métodos de depreciação utilizados;
- (c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- (d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período.

Lei n.º 6.404/1976, art. 176, § 5.º: “As notas explicativas devem:

(...)

IV - indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender as perdas prováveis na realização de elementos do ativo;”.

- 63 Companhias abertas são dispensadas de apresentar notas explicativas relacionadas às bases de preparação das demonstrações financeiras adotadas durante o período.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O inciso I do §5.º do art. 176 da Lei n.º 6.404/1976, com redação dada pela Lei n.º 11.941/2009, é claro em determinar que as notas explicativas contenham as políticas e práticas contábeis adotadas: “As notas explicativas devem: I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;”.

Julgue os próximos itens, relativos a demonstrações financeiras, seu conteúdo e sua apresentação.

- 64 Em se tratando de empresa que utilize o método indireto na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, o aumento, de um período para outro, dos valores contabilizados como despesa antecipada deve ser subtraído

do resultado do período, pois representa o aumento de saídas de caixa e equivalentes.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O método indireto da demonstração dos fluxos de caixa já representa a conciliação entre o resultado do período e o fluxo operacional como o próprio fluxo de caixa operacional.

O aumento e m de despesas antecipadas de serem diminuído do resultado do período na conciliação da demonstração dos fluxos de caixa (fluxo operacional e resultado do período), pois representa saída de recursos financeiros, ou seja, aumento nos desembolsos realizados no período.

A empresa paga antecipadamente as despesas, portanto existe a saída de valores e disponibilidades, mas as despesas antecipadas ainda não foram reconhecidas na demonstração do resultado do exercício (DRE), dessa forma, ainda não aparecem no resultado do período, daí a necessidade de o aumento de um período para outro ser diminuído do resultado, uma vez que se trata de apurar quanto do movimento em disponibilidades tem influência no resultado.

- 65 Na demonstração do valor adicionado de empresas públicas e de empresas de economia mista, os juros sobre o capital próprio devem ser apresentados como distribuição de riqueza ao governo.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os juros sobre o capital próprio são equivalentes aos dividendos e, independentemente do tipo empresarial e do controlador da entidade, representam uma distribuição de riqueza ao acionista, e não ao governo.

Na demonstração do valor adicionado, a distribuição de riqueza ao governo é representada pelos tributos (impostos, taxas e contribuições incidentes no período).

Ainda que o Estado seja o proprietário/dono da empresa, os juros sobre o capital próprio são uma remuneração sobre o capital investido pelo proprietário e, portanto, devem ser apresentados como distribuição de valor ao acionista/dono da empresa.

- 66 A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é obrigatória para companhias abertas, que deverão apresentá-la à parte da demonstração de mutações do patrimônio líquido, caso esta seja elaborada pela companhia.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados está prevista no artigo 176, inciso II da Lei n.º 6.404/1976: “Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: (...) II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;”.

Contudo, a companhia não é obrigada a apresentar a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados à parte da demonstração de mutações do patrimônio líquido. Ao contrário, e latente a possibilidade de fazê-lo, conforme disposto no § 2.º do art. 186 da Lei n.º 6.404/1976: “A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados de verá indicar o montante do dividendo ou porção do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.”.

- 67 **Situação hipotética:** Durante o ano de 2017, uma companhia aberta fez a alteração da sua política contábil, de maneira retrospectiva ao ano de 2016. **Assertiva:** Conforme pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas demonstrações financeiras de 2017 dessa companhia, devem constar três balanços patrimoniais: um relativo ao final de 2017; um relativo ao final do período de 2016; e outro referente ao início do período de 2016.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O procedimento está correto e é estabelecido nos itens 40A e 40B do CPC 26:

Mudança na política contábil, demonstração retrospectiva ou reclassificação

40A. A entidade deve apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior, adicional aos comparativos mínimos das demonstrações contábeis exigidas no item 38A se: (a) aplicar uma política contábil retrospectivamente, fizer uma reapresentação retrospectiva e intens nas suas demonstrações contábeis o u



reclassificar itens de despesas demonstrações contábeis; e (b) a aplicação retrospectiva, a representação retrospectiva ou a reclassificação efetiva material sobre as informações do balanço patrimonial no início do período anterior.

40B. Nas circunstâncias descritas no item 40A, a entidade deve apresentar três balanços patrimoniais no: (a) final do período corrente; (b) final do período anterior; e (c) no início do período precedente. (incluído pela Revisão CPC 03).

- 68 Embora não transite por caixa e equivalentes, a conversão de dívidas e imputações sociais deve ser representada na demonstração dos fluxos de caixa, o que afeta o fluxo de caixa das atividades de financiamento e de investimento.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O pronunciamento técnico CPC 03 dispõe que as transações que não possam ser por caixa ou equivalentes não devem ser representadas na demonstração dos fluxos de caixa, mas devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.

Fundamento:

Itens 43 e 44 do CPC 03

Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

43. Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa devem ser excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.

44. (...) Exemplos de transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa são: (...) (c) a conversão de dívida em instrumentos patrimoniais.

Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue os itens seguintes.

- 69 A avaliação e o registro contábeis de obrigações relativas à aquisição de matérias-primas e insumos devem ser realizados pelo valor justo à data do balanço.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** As obrigações para com fornecedores e outras relativas a matérias-primas e insumos devem ser mantidas pelo seu valor presente da data de apuração para fins de balancete ou balanço.

- 70 Obrigações por operações de crédito bancário com fluxo de liberação em várias datas, em função do regime de competência, devem ser reconhecidas quando da assinatura do contrato bancário.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** No registro de empréstimos, o passivo deve ser contabilizado quando do recebimento dos recursos pela empresa, o que, na maioria das vezes, mas nem sempre, coincide com a data do contrato.

- 71 A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Segundo a probabilidade de saída de recursos, as obrigações presentes avaliadas e classificadas como remotas constituem um passivo contingente não divulgado.

- 72 Ágio na emissão de ações, alienação de partes beneficiárias e obtenção de incentivos fiscais são eventos que exigem a constituição das respectivas reservas de capital.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A obtenção de incentivos fiscais será tratada como uma reserva de lucro, conforme o pronunciamento técnico CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, pois “doações e subvenções recebidas pela companhia deverão transitar pelo resultado.”.

- 73 A conta ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, registra a variação de valor justo de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo em

outros resultados abrangentes (VJORA) e será creditada quando ocorrer variação positiva desse valor justo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial introduzida pela Lei n.º 11.638/2007, destina-se a receber as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em função da sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. Essa rubrica abriga, entre outras, as variações de preço de mercado dos instrumentos financeiros, quando destinados a venda futura.

Com referência à mensuração da redução ao valor recuperável de ativos, a incorporação de entidades, a retificação de erros e ao reconhecimento de receitas, julgue os seguintes itens.

- 74 **Situação hipotética:** O valor em uso de um imóvel de valor contábil líquido igual a R\$ 250 mil foi avaliado em R\$ 200 mil, e o valor justo desse mesmo imóvel, deduzido das despesas de venda, foi estimado em R\$ 235 mil. **Assertiva:** O valor contábil desse imóvel deverá ser reduzido em R\$ 15 mil, por meio da contabilização da despesa correspondente ou, se for o caso, pela diminuição do saldo da reavaliação realizada.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Conforme o pronunciamento contábil CPC 01 (R1), item 74, o “valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso”.

CPC 01 (R1), item 59. “Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo”.

CPC 01 (R1), item 60. “A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação”.

- 75 No caso de uma entidade incorporar outra, o adquirente deve reconhecer, na data da incorporação, obedecendo às condições especificadas na norma contábil, os ativos identificáveis incorporados e os passivos assumidos, separadamente do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1), item 10: “A partir da data de aquisição, o adquirente deve reconhecer, separadamente do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e quaisquer participações de não controladores na adquirida. O reconhecimento de ativos identificáveis adquiridos e de passivos assumidos está sujeito às condições especificadas nos itens 11 e 12”.

- 76 Se for possível determinar os efeitos específicos do período e o efeito cumulativo, erros de períodos anteriores deverão ser corrigidos mediante reapresentação retrospectiva.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Pronunciamento Técnico CPC 23, item 43: “Um erro de período anterior devese corrigido por reapresentação retrospectiva, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro”.

- 77 A receita deve ser reconhecida no momento da transferência do bem ou serviço prometido ao cliente, cumpridas as demais condições normativas, independentemente da emissão do respectivo instrumento fiscal.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Pronunciamento Técnico CPC 47: “A entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços”.

Com relação aos sistemas de custos de mercadorias e produtos vendidos e de serviços prestados e suas aplicações gerenciais, julgue os itens subsequentes.

**78 Situação hipotética:** Uma empresa fabrica um único produto e utiliza o custeio por absorção. Ela possui custos fixos gerais de produção de R\$ 300 mil, custos gerais variáveis de produção de R\$ 3 por unidade, despesas gerais fixas de R\$ 150 mil, despesas de administração e venda variáveis de R\$ 2 por unidade comercializada, e custos diretos, todos variáveis, de R\$ 6 por unidade. **Assertiva:** Nesse caso, o custo unitário de R\$ 18 será atingido quando a empresa produzir 25 mil unidades do produto.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Pelo custeio por absorção, todos os custos de produção fixos e variáveis devem ser incorporados ao produto. Como os custos de produção fixos são de R\$ 300 mil, ao produzir 25 mil unidades, a empresa terá um custo fixo unitário de R\$ 12 por unidade produzida. Como os custos variáveis unitários, gerais e diretos, somam R\$ 9, o custo da unidade produzida para o nível de produção escolhido é de R\$ 21.

**79 Situação hipotética:** Uma empresa que fabrica um único produto e utiliza o método de custeio por absorção vendeu 10 mil unidades de seu produto e, com isso, obteve um lucro de R\$ 250 mil, antes da dedução do imposto de renda. No período, toda produção foi concluída, e não havia estoques iniciais. O estoque de produtos acabados aumentou em mil unidades. **Assertiva:** Nessa situação, o lucro apurado pelo custeio variável superou o apurado pelo custeio por absorção.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A diferença entre os lucros apurados pelos dois métodos é a oscilação dos estoques, pois as unidades apuradas pelo custeio por absorção contêm custos fixos, ao contrário das apuradas pelo custeio variável. Assim, se o estoque aumentou, foram estocados custos fixos, o que resultou em um lucro maior no custeio por absorção do que no custeio variável.

**80 Situação hipotética:** O cartão de custo padrão de uma empresa que fabrica um único produto indica, para o custo de mão de obra direta, a taxa padrão de R\$ 2,50 e um custo padrão unitário de R\$ 22,50. Em certo período, quando foram produzidas 500 unidades de seu produto, foram verificadas uma variação desfavorável de taxa de mão de obra direta de R\$ 870 e uma variação total favorável desse custo de R\$ 930. **Assertiva:** Nessa situação, a taxa efetivamente paga por hora de mão de obra direta foi superior a R\$ 2,65.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O custo desperdiçado é  $(9 \times 500) \times 2,5 = 11.250$ . Como a variação total foi favorável em R\$ 930, o valor gasto foi de R\$ 10.320. Contudo, como a variação de taxa foi desfavorável em R\$ 870, houve um consumo efetivo de horas totais de  $3.780 = (10.320 - 870) \div 2,5$ ; logo, a taxa efetivamente paga pela hora de mão de obra foi de, aproximadamente, R\$ 2,73  $(= 10.320 \div 3.780)$ .

**81 Em um sistema de custeio ABC, a alocação de segundo estágio, mediante a aplicação de taxas de atividade, implica o custeamento de produtos, serviços, clientes ou outros itens dos quais se deseja conhecer os custos.**

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Alocação de segundo estágio é o processo mediante o qual as taxas de atividade são utilizadas na aplicação de custos a produtos e clientes em um sistema de custeio baseado em atividades.

**82 Situação hipotética:** Uma empresa que atua em determinado setor mensurou seu grau de alavancagem operacional (GAO) em 6,5 e espera um lucro, antes de tributação, de R\$ 45 mil para o período subsequente, em função de um aumento de 5% no volume de vendas. **Assertiva:** Considerando-se que, entre os dois períodos, tenham permanecido constantes os custos fixos e variáveis, as despesas fixas e variáveis, e o preço de venda, bem como se assumindo 0,75 como valor aproximado para  $1.000/1.325$ , é correto afirmar que, nessa situação, a margem de contribuição utilizada no cálculo do GAO foi superior a R\$ 230 mil.

Quanto aos indicadores e métodos de análise econômico-financeira, julgue os itens a seguir.

**83 Uma empresa cujo patrimônio líquido tenha grau de imobilização superior à unidade tem necessidade de financiar o giro de suas atividades com recursos de terceiros.**

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A liquidez geral (LG) é o reverso do índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL). Quando o IPL é maior que a unidade, a LG é inferior a 1,00, o que indica a necessidade de recursos de terceiros para financiar o giro das atividades.

**84 Situação hipotética:** A margem líquida de uma empresa, calculada pela relação entre seu lucro líquido e suas vendas, resultou em 0,075 quando seu volume de vendas atingiu R\$ 1 milhão. Para essa empresa, o total de ativos foi de R\$ 400 mil, e a relação entre as fontes de recursos foi igual à unidade. **Assertiva:** Nessa situação, o retorno sobre o patrimônio líquido totalizou 37,5%.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Se a margem líquida foi de 0,075 e as vendas totalizaram R\$ 1 milhão, então o lucro líquido foi de R\$ 75 mil. Como  $\text{ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido} = 400 \text{ mil}$  e a relação entre as fontes de recursos, apurada pela divisão das exigibilidades totais pelo patrimônio líquido, é de 1/1, então o patrimônio líquido foi igual a R\$ 200, e o retorno sobre o patrimônio líquido é igual a  $75/200 = 37,5\%$ .

**85 Situação hipotética:** Sem que tenha havido variação percentual no volume de seus estoques entre dois exercícios subsequentes, uma empresa obteve melhoria em sua liquidez seca no período, contudo não houve melhora em seu capital circulante líquido. **Assertiva:** Nesse caso, os ativos circulantes cresceram mais que os passivos circulantes.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os ativos circulantes, exceto os estoques, cresceram em proporção mais alta que os estoques; contudo, como não houve melhora no capital circulante líquido, então os ativos circulantes não cresceram em proporção mais alta que os passivos circulantes.

Acerca das entidades que estão no campo de aplicação da contabilidade pública e das competências do sistema de contabilidade federal (SCF), julgue os itens que se seguem.

**86 Os consórcios públicos estão compreendidos no conceito de entidades do setor público.**

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** De acordo com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, item 1.8-A estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas com gêneres de administrações diretas e indiretas (inclusive as empresas estatais dependentes).

**87 Compete ao órgão central do SCF dar suporte técnico aos entes da Federação quanto ao cumprimento dos padrões estabelecidos e normas gerais aplicáveis à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.**

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Segundo o disposto no Decreto n.º 6.976/2009 — que dispõe sobre o sistema de contabilidade federal e dá outras providências — art. 7.º: Compete ao órgão central do sistema de contabilidade federal: XXI – dar suporte técnico aos entes da Federação quanto ao cumprimento dos padrões estabelecidos no MCASP, no MDF, e em normas gerais aplicáveis à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

O patrimônio público é constituído de bens e direitos, onerados ou não, inerentes à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades públicas. Relativamente à composição dos ativos e passivos públicos, julgue os seguintes itens.

- 88 O potencial de serviços de um ativo pode surgir diretamente do direito de utilização desse ativo.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 145, **o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios e econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização.**
- 89 A propriedade legal do recurso é um indicador de controle de um ativo, mas não é a característica essencial desse ativo.
- 90 Para que exista uma obrigação presente, no momento em que houver o reconhecimento do passivo deverá haver, necessariamente, a identificação de terceiros.

As variações patrimoniais constituem estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Com relação ao processo de reconhecimento, mensuração e evidencição dessas variações patrimoniais, julgue os itens a seguir.

- 91 As receitas e as despesas, sob o enfoque patrimonial, são denominadas, respectivamente, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 151, **a receita sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial aumentativa (VPA) e a despesa sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial diminutiva (VPD).**
- 92 A variação patrimonial diminutiva não pode ser reconhecida antes da liquidação da despesa orçamentária.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 152, o reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial **diminutiva, antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária.**
- 93 Um ajuste deve ser efetuado no valor de uma variação patrimonial aumentativa, caso surja incerteza acerca de sua realização.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 242, se surgir incerteza acerca da realização do valor reconhecido como VPA, ou seja, tal valor é incobrável ou a parcela do valor cuja recuperação é improvável, o valor deve ser reconhecido **como variação patrimonial diminutiva (VPD) ao invés de um ajuste no valor da VPA originalmente reconhecida.**

O processo de mensuração consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nestas. A respeito das bases de mensuração de ativos e passivos, julgue os itens que se seguem.

- 94 O custo de terreno adquirido por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado pelo seu valor justo, na data da aquisição.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 173, **quando adquirido por meio de uma transação sem contraprestação, como é o caso de terrenos recebidos por um particular sem pagamento ou com pagamento simbólico, para possibilitar a organização local, por exemplo, de envolver estacionamentos, estradas etc., seu custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data da aquisição.**
- 95 A amortização de ativo intangível com vida útil indefinida será iniciada quando o mesmo estiver disponível para uso.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 199, o ativo intangível com vida útil **indefinida não deve ser amortizado.**
- 96 No processo de mensuração de provisões envolvendo uma grande população de itens, a estimativa da obrigação será feita com base no preço presumido.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 254, quando a provisão mensurada envolver uma grande população de itens, a obrigação **é estimada ponderando-se todos os possíveis resultados.**

Impostos e contribuições são espécies tributárias de receitas cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas. A respeito do tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições, julgue os itens subsecutivos.

- 97 O momento do fato gerador do imposto pode ser utilizado para o reconhecimento da receita orçamentária, independentemente do recebimento desses valores.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 52, esse registro provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício, atendendo ao disposto nos arts. 100 e 104 da Lei n.º 4.320/1964. **Em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, a receita orçamentária deve ser registrada na arrecadação, procedendo à baixa do ativo registrado.**
- 98 Caso um ente público apure um crédito decorrente de recolhimento indevido de contribuições previdenciárias, o reconhecimento desse crédito deverá ocorrer no mesmo exercício financeiro do pagamento do valor pago indevidamente.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 139, nos casos em que de terminada a entidade governamental, integrante do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um ente público, **apura a existência de um crédito de corrente de recolhimento a maior ou indevido de contribuições previdenciárias, o reconhecimento do crédito deve acontecer no mesmo exercício financeiro do pagamento a maior, e a realização da compensação no exercício seguinte.** Nesse caso, não há receita, mas estorno de despesa e reconhecimento do ativo financeiro, não na forma de caixa, mas de crédito.

Com relação ao ambiente e às características do sistema de informações de custos do setor público (SICSP), julgue os próximos itens.

- 99 Os objetivos do SICSP incluem apoiar a avaliação de resultados e desempenhos entre os custos das entidades públicas e privadas, estimulando a avaliação do custo benefício de os serviços serem ofertados pelo poder público.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com o disposto na NBC T 16.11 – sistema de informação de custos do setor público, item 3, o SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos têm por objetivo: (b) **apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades.**
- 100 É possível que custo estimado projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período baseie-se em simples estimativa.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com o disposto na NBC T 16.11 – sistema de informação de custos do setor público, item 9, **custo estimado é o custo projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período; pode basear-se em simples estimativa ou utilizar a ferramenta do custo-padrão.**

De acordo com as regras estabelecidas para o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) para o registro contábil de atos e fatos praticados pela entidade governamental de maneira padronizada e sistematizada, julgue os itens a seguir.

- 101 Cabe ao tribunal de contas de cada ente jurisdicionado criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis utilizadas pelo ente subnacional.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 382, **a competência para a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas foi atribuída pela LRF à STN, enquanto órgão central de contabilidade da União.**
- 102 Os atos que possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público devem ser registrados, processados e evidenciados em contas de natureza de informação de controle.



JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 383, o PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: **c. Natureza de informação de controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.**

- 103 Serão controladas nas classes 5 e 6 (contas de controle do planejamento e execução do orçamento) as naturezas de receitas orçamentárias e despesas orçamentárias.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a 8.ª edição do MCASP, p. 385, **as naturezas de receitas e despesas orçamentárias não têm relação com a codificação das variações patrimoniais diminutivas – VPD ou variações patrimoniais aumentativas – VPA, tampouco com as contas de controle de execução do orçamento (classes 5 e 6).** Esse tipo de informação deve ser controlado pelo sistema ou no detalhamento posterior ao 7.º nível do PCASP.

A respeito dos relatórios contábeis de propósitos gerais (RCPG), das entidades do setor público, que representam documentos de prestação de contas para com a sociedade, julgue os itens a seguir.

- 104 Os RCPG são divulgados com o propósito específico de atender às exigências de transparência determinadas pelos órgãos fiscalizadores de controle externo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Apesar da necessidade de publicação dos relatórios (na verdade obrigatoriedade), o propósito é de transparência à sociedade e não particularmente atender exigência dos tribunais de contas (controle externo).

- 105 Os RCPG possuem os impostos e a tributação de acordo com a completude das informações, pois apresentam não somente dados relativos à prestação de contas em relação aos recursos aplicados, mas também quanto às condições econômicas do país, orçamentos e políticas públicas adotadas para a melhoria das condições sociais.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. As informações relativas às condições econômicas do país devem ser buscadas adicionalmente pelo usuário da informação, pois os relatórios contábeis apresentam os aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais da entidade. As políticas públicas são parte integrante dos relatórios (são vistas em relatórios próprios ou plano plurianual).

- 106 Além da prestação de contas, os RCPG podem ser fonte de subsídio para a avaliação do desempenho e termos de custos dos serviços prestados.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A informação fornecida nos RCPG para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) subsidia e contribui para o processo de tomada de decisão. Por exemplo, as informações sobre os custos ou a eficácia das atividades de prestação de serviços, as fontes de recuperação de custos, os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, todos esses dados não são necessários para o atendimento da prestação de contas e responsabilização. Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos relatórios, inclusive de doadores e patrocinadores.

- 107 Uma restrição às informações contidas nos RCPG diz respeito à materialidade; admite-se tal restrição em razão da impossibilidade de se determinar um valor padrão para que determinado dado seja ou não material.

JUSTIFICATIVA - CERTO. São previstas restrições, em razão da impossibilidade de se obter materialidade padronizada, bem como tempestividade em todas as informações prestadas. A informação é material e a sua omissão ou distorção pode influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou a decisões que os usuários tomam com base nos RCPG elaborados para aquele exercício. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. O RCPG pode e engloba informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência das

expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material.

Uma entidade pública adquiriu, em fevereiro de 2018, 10 caminhões para a coleta de resíduos sólidos, ao custo unitário de R\$ 178.000, tendo a concessionária cobrado o valor de R\$ 20.000 pelo frete da entrega dos 10 veículos. A entidade estima em cinco anos o tempo de vida útil dos caminhões e em R\$ 30.000 o valor residual unitário. Em março de 2018 eles entraram em funcionamento.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 108 A despesa de depreciação do ativo durante o período de utilização será de R\$ 25.000 mensais.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O cálculo da despesa de depreciação é feito a partir do custo unitário, acrescido de frete, deduzido do valor residual:

$$R\$ 178.000 + R\$ 2.000 = R\$ 180.000 (-) R\$ 30.000 = R\$ 150.000 \text{ é a base de cálculo.}$$

Como são 10 caminhões, tem-se R\$ 1.500.000

Para cinco anos, a depreciação será de 20% ao ano, e então  $R\$ 1.500.000 \times 20\% = R\$ 300.000 \text{ (ano)}$

$$R\$ 300.000 / 12 = R\$ 25.000$$

No 1.º ano: 10 meses, será R\$ 250.000

Nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, será de R\$ 300.000

No último ano: 2 meses, será R\$ 50.000.

- 109 O valor contábil do ativo imobilizado constante do balanço patrimonial do final do exercício de 2019 será inferior a R\$ 1,2 milhão.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os cálculos são:

Final do exercício de 2019

Ativo total: R\$ 1.800.000

Depreciação acumulada: R\$ 250.000 do 1.º ano + R\$ 300.000 do 2.º ano = R\$ 550.000

Ativo – depreciação = R\$ 1.250.000

- 110 Caso os 10 caminhões sejam vendidos na data equivalente à metade de sua vida útil, haverá lucro na operação se o valor da venda for de R\$ 900.000.

JUSTIFICATIVA - ERRADO.

$$R\$ 1.800.000 (-) R\$ 750.000 (50\% \text{ de } R\$ 1.500.000) = R\$ 1.050.000. \text{ A partir desse valor é lucro.}$$

A respeito de receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

- 111 Diferentemente da contabilidade societária que adota o regime de competência, nos entes públicos, a despesa orçamentária é contabilizada no momento em que os recursos saem do caixa.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A despesa pública orçamentária é o conjunto de dispendios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. São tipificados em dispendios orçamentários e extraorçamentários. Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas igualmente empenhadas, configurando o regime de competência para as despesas.

- 112 A liquidação, um dos estágios da despesa pública, corresponde à etapa que precede o empenho.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento, necessariamente nessa ordem.

- 113 As receitas, sob o enfoque da classificação econômica, são divididas em receitas correntes e receitas de capital.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A codificação das receitas prevista na Lei n.º 4.320/1964, assim como no MCASP, 8.ª edição, parte I – Procedimentos contábeis, Item 3.2.1.1. – Categoria econômica: receita corrente e receita de capital.



- 114** A variação no índice de preços, as alterações na legislação tributária, as sim co mo o s d ados h istóricos s ão fatores a serem o bservados n a et apa d e previsão d a r eceita orçamentária.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Na previsão orçamentária, devem ser considerados os históricos da arrecadação de períodos anteriores, a variação n o í ndice d e p reços oficial ( podem s er u tilizados os indicadores d o I BGE, B ACEN), as al terações n a l egição tributária e o quantitativo (que pode ser de pessoas economicamente ativas, e mpregos g erados, núm ero d e c ontratações p ú blicas, po r exemplo f iscais d a r eceita federal q ue f oram e mpossados e possivelmente v ão g erar au mento d e a rrecadação d e i mposto de importação).

No decorrer do exercício de 2018, uma empresa pública de t ratamento d e r esíduos ap resentou as s eguintes movimentações de caixa.

recebimentos	em R\$
prestação de serviços de coleta	9.200.000
empréstimos obtidos	1.300.000
alienação de ativos	150.000
amortização de empréstimos concedidos	280.000
pagamentos	em R\$
salários e encargos	5.800.000
aquisição de maquinário pesado	2.600.000
aquisição de materiais para tratamento de resíduos	550.000
despesas operacionais	980.000

Tendo co mo r eferência a s i nformações p recedentes, j ulgue o s itens subsecutivos.

- 115** O f luxos d e caix a o peracional g erado p ela entidade f oi d e R\$ 1.870.000.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.**

Ingressos operacionais:

Prestação de serviços: R\$ 9.200.000

(-) Deduções operacionais

Salários e encargos: (-) R\$ 5.800.000

Material consumido (-) R\$ 550.000

Despesas operacionais (-) R\$ 980.000

Resultado: caixa gerado de R\$ 1.870.000

- 116** O f luxos d e caix a f inanceiro g erado p ela entidade f oi d e R\$ 1.580.000.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.**

Entre as contas apresentadas, a única relativa ao fluxo financeiro é a obtenção de empréstimos de R\$ 1.300.000.

Os R\$ 280.000 vindos da amortização dos empréstimos concedidos é um fluxo de investimento.

- 117** As at ividades d e i nvestimento co nsumiram u m caix a d e R\$ 2.450.000.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.**

Cálculo do fluxo de investimento.

Ingressos:

Alienação de ativos: R\$ 150.000

Amortização empréstimo R\$ 280.000

Total R\$ 430.000

(-) Deduções:

Aquisição de maquinário: R\$ 2.600.000

Caixa consumido de R\$ 2.170.000

Entre outras finalidades, a divulgação das demonstrações contábeis das entidades públicas cumpre o papel relativo à transparência e à prestação de contas perante a sociedade. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 118** O balanço orçamentário permite que o usuário da informação compare o s v alores o rçados co m aq ueles ef etivamente realizados, haja v ista a o brigatoriedade d e a p resentação d e ambos os quantitativos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A a p resentação d e i nformação

orçamentária nas demonstrações contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público.

- 119** As notas explicativas que acompanham o balanço orçamentário devem esclarecer aos usuários da informação a destinação do superávit financeiro, quando houver.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O balanço orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, ao menos: a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.

- 120** Identificada variação positiva no resultado final do balanço financeiro, é p ossível c oncluir q ue ho uve s uperávit financeiro d ecorrente d o bom d esempenho n a gestão financeira do ente.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O balanço financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no balanço patrimonial. E m g eral, um r esultado f inanceiro positivo é u m indicador d e e quilíbrio f inanceiro. N o e ntanto, uma variação positiva na di sponibilidade d o p e ríodo n ã o é s inônimo, necessariamente, d e b om d esempenho d a g estão f inanceira, p ois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da m esma f orma, a v ariação n egativa n ão s ignifica, necessariamente, u m mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução n o en dividamento. P ortanto, a an álise d eve s er feita conjuntamente com o balanço patrimonial, considerando os fatores mencionados e as d emais v ariáveis o rçamentárias e extraorçamentárias.

## Espaço livre